



EDITAL

DISPENSA DE VALOR Nº 108/2026 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DE GOIÁS - GO, Inscrito no CNPJ Nº 02.394.757/0001-32, com sede à Rua Americano do Brasil, nº 149, Centro, Palmeiras de Goiás-GO, por intermédio do Departamento de Licitação, torna público que, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos **Artigo nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021**, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 01/07/2026, ÀS 23:59 HORAS
HORÁRIO DA FASE DE ENVIO DE PROPOSTAS:	24HS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	licitacao@palmeirasdegoias.go.gov.br
LINK DO EDITAL:	https://acessoainformacao.palmeirasdegoias.go.gov.br/cidadao/informacao/dispensas_frl

1.0 – DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto desta Chamada Pública, para a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra de eletricista, para execução de serviços de adequação, instalação e separação de circuitos elétricos destinados à alimentação de aparelhos de ar-condicionado nas unidades escolares e demais prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação.**

1.1.2 - Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.1.3 – **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

1.1.4 – **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;**

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Palmeiras de Goiás/GO, para exercício de 2026, na classificação abaixo:

Dotação: **69.27.12.365.2060.2014.3.3.90.39; 69.27.12.361.2006.2016.3.3.90.39; 69.27.12.361.2006.2013.3.3.90.39.**

3.0 – DO VALOR ESTIMADO:

3.1.1. - O valor global **MÁXIMO** para contratação será de **R\$ 12.044,85.**

4.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:



4.1. A presente **Dispensa de Licitação** ficará **ABERTA PARA ENVIO DE PROPOSTAS POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação, conforme contido no PRESENTE EDITAL

4.1.1. Os documentos relativos à habilitação e regularidade fiscal poderão ser enviados juntamente com a proposta de preços visando a celeridade do procedimento.

4.1.2. Nos termos do art. 63, II da Lei 14.133/21, caso o participante vencedor não tenha encaminhado os documentos de habilitação juntamente com a proposta de preços será a ele concedido o prazo de **02 (duas) horas para o envio após a intimação** e o não cumprimento culminará na inabilitação.

4.1.1. Habilitação Jurídica e Fiscal:

4.1.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;

4.1.1.2. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

4.1.1.3. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.1.4. Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;

4.1.1.5. Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);

4.1.1.6. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

4.1.1.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.1.1.8. Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG e CPF);

4.1.1.9. Comprovante de dados bancários.

4.1.1.10. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica emitido por Pessoa(s) Jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado da empresa, assinado pelo Representante legal, que comprove de forma satisfatória a execução dos serviços pertinentes ao objeto licitado.

4.1.2 Será concedido **tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte**, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

4.1.2.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

4.1.2.3 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

4.1.2.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei 14.133/21, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de



classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

4.1.3 Proposta de Preço/Cotação:

4.1.3.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

4.1.3.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas, julgando-se pela desclassificação.

4.1.3.3 Os preços ofertados não poderão exceder VALOR TOTAL, constante neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

5.0 – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado pelo(a) contratante conforme termo de referência, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.

5.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

6.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá o Município revogar o presente Edital de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

6.3. A anulação do procedimento de Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Palmeiras de Goiás-GO, 26 de Junho de 2026.

Luciano Dioclésio da Silva
Agente de Contratação



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO

1 – OBJETO:

1.1- Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra de eletricitista, para execução de serviços de adequação, instalação e separação de circuitos elétricos destinados à alimentação de aparelhos de ar-condicionado nas unidades escolares e demais prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO/ ESTIMADO
01	<p>Prestação de serviços especializados de eletricitista, compreendendo o fornecimento de mão de obra qualificada para execução de serviços de adequação, instalação e separação de circuitos elétricos destinados à alimentação de aparelhos de ar-condicionado nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.</p> <p>A EQUIPE DEVERÁ SER COMPOSTA DE 01 ELETRICISTA E 01 AJUDANTE.</p> <p>Os serviços deverão contemplar a execução completa da mão de obra necessária para:</p> <ul style="list-style-type: none">• Separação e adequação da fiação elétrica destinada aos aparelhos de ar-condicionado;• Instalação de eletrodutos, eletro calhas, canaletas, caixas de passagem e demais acessórios necessários;• Instalação, adequação ou substituição de padrões de entrada de energia, quando necessário;• Instalação e adequação de quadros de distribuição elétrica;• Instalação de disjuntores, barramentos, dispositivos de proteção e demais componentes elétricos;• Lançamento, passagem, conexão e organização de toda a fiação elétrica necessária ao funcionamento seguro dos equipamentos;• Execução de circuitos elétricos exclusivos para aparelhos de ar-condicionado, conforme dimensionamento técnico;• Realização de testes operacionais, medições e verificações de funcionamento após a conclusão dos serviços;• Correção de eventuais falhas identificadas durante a execução;• Limpeza e organização dos locais após a conclusão dos serviços.	SV	01	R\$ 12.044,85



	<ul style="list-style-type: none">• Instalações de aparelhos eletrônicos se necessário.• Instalações de tomadas. <p>OBS: Todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo cabos elétricos, eletrodutos, disjuntores, quadros elétricos, padrões de energia e demais insumos, serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, cabendo à contratada exclusivamente o fornecimento da mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, instrumentos de medição e equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à perfeita execução dos serviços.</p> <p>CARGA HORÁRIA DE 44 HORAS SEMANAIS, os funcionários deverão ter disponibilidade de horários para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.</p>			
--	--	--	--	--

1.2- Os serviços serão executados nos locais abaixo:

Local	<i>Escola Municipal Hélio de Figueiredo Arantes</i>
Endereço	Rua 13 – Esq. C/ Rua 09 – Setor Jardim das Oliveiras, Palmeiras de Goiás.

Local	<i>Escola Municipal Comary Perillo de Oliveira</i>
Endereço	Rua Santa Bárbara, Qd. 20 Lt. 03 s/n - Bairro Goianinha- Palmeiras de Goiás

Local	<i>Escola Municipal Comary Perillo de Oliveira - Extensão</i>
Endereço	Praça Archibald Macintyre, nº 75 Centro, Palmeiras de Goiás

Local	<i>Escola Municipal Dona Maricota</i>
Endereço	Rua Manoel Dias- Setor Boa Vista - Palmeiras de Goiás.

Local	<i>Escola Municipal Orestino Manoel de Siqueira</i>
Endereço	Rua WR - S/Nº - Jardim Amazonas – Palmeiras de Goiás

Local	<i>Escola Polo Educativo Municipal Rural Luz do Saber</i>
Endereço	GO 156, KM 12, Povoado São João- zona rural -Palmeiras de Goiás.

Local	<i>CMEI Darci Pereira Borges</i>
Endereço	Rua 08, Qd 23, Lt 01-Jardim das Oliveiras- Palmeiras de Goiás.

Local	<i>CMEI Sebastião Arantes Pereira</i>
--------------	--



Endereço	Rua 03, Qd. 29, Lt. 01B, Residencial Florida, Palmeiras de Goiás
----------	--

Local	<i>CMEI Cândida de Araújo</i>
Endereço	Rua Santos Dumont, Qd 20, Lt 01 - Goianinha, Palmeiras de Goiás.

Local	<i>Secretaria Municipal de Educação</i>
Endereço	Rua Ver Edimilson de Sousa Lemes – Jardim das Oliveiras, Palmeiras de Goiás.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 – A contratação justifica-se pela necessidade de garantir o adequado funcionamento das instalações elétricas dos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, assegurando condições adequadas de segurança, eficiência e continuidade dos serviços prestados à comunidade escolar. As unidades escolares e a sede administrativa demandam acompanhamento técnico especializado para realização de inspeções, avaliações, elaboração de projetos, emissão de laudos, dimensionamentos, adequações, manutenções e demais serviços relacionados à engenharia elétrica, em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes. Além disso, a contratação visa prevenir falhas e riscos decorrentes de instalações elétricas inadequadas ou sobrecarregadas, contribuindo para a preservação do patrimônio público, a segurança de alunos, servidores e demais usuários, bem como para a melhoria da qualidade dos ambientes educacionais. Considerando que o Município não dispõe, em seu quadro de pessoal, de profissional especializado com atribuições específicas para atender de forma contínua e eficiente a demanda existente, faz-se necessária a contratação de empresa especializada, devidamente habilitada e registrada junto ao conselho profissional competente, para execução dos serviços com a qualidade técnica exigida.

3- DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

3.1 – A empresa a ser contratada deverá atender as condições de habilitação e apresentação de propostas a serem exigidas na Licitação, tais como as condições mínimas de qualificação econômica, fiscal, trabalhista e técnica, tudo nos termos mínimos previstos no Capítulo VI da Lei Federal no 14.133/21.

3.2 – A(s) empresa(s) ou instituição (ões) interessada(s) na prestação dos serviços acima relacionados deverá (ão) apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação, para posterior contratação.

- Cópia do Contrato Social devidamente atualizado na forma da Lei;
- Cópia do CNPJ da empresa
- Cópia da CND junto a Receita Federal (certidão conjunta), Estadual e Municipal.
- Cópia da CND junto ao FGTS e regularidade para com a justiça do trabalho.
- Atestado de capacidade técnica que comprove os serviços exigidos.
- Demais documentos a serem exigidos no Edital ou pela administração.

4- DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 – A empresa a ser contratada deverá ser aquela que oferecer o **MENOR PREÇO** nos termos da Lei Federal 14.133/21.

5- MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

5.1 – Os serviços deverão ser executados mensalmente, em conformidade com o cronograma

estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, com prazo máximo de execução de **05 (cinco) meses**.

5.2- Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de



envio da Ordem de Serviço.

6- PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 6.1** - O período de vigência até 06 meses, contados a partir de sua assinatura.
- 6.2**- A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, e de tudo dará ciência à Administração;
- 6.3**- O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução;
- 6.4**- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
- 6.5**- O fiscal da Secretaria anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente olvidados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7-VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1**- O pagamento será efetuado de acordo com a prestação dos serviços e ateste da Nota fiscal.
- 7.2**- A Nota Fiscal deverá ser entregue para o Gestor do contrato no endereço em tabela abaixo:

Local	Secretaria Municipal de Educação
Endereço	Rua 13, Qd. 23 A, Lt. 01 D – Jardim das Oliveiras - Palmeiras de Goiás
Responsável	Kátia Pereira Coelho Camargo
Telefone	(64) 3430-2105
E-mail	educacao@palmeirasdegoias.go.gov.br / processossemeccpls@gmail.com

7.3- O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás-GO, em **até 15 (quinze)** dias úteis após a data da prestação dos serviços e da apresentação da Nota Fiscal, que deverá ser emitida pela contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho. Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

- 7.4**- Junto à nota fiscal a empresa deverá encaminhar as seguintes certidões
- a) Certidão de regularidade para com a fazenda federal (conjunta), estadual e municipal;
 - b) Certificado de regularidade para com o FGTS;
 - c) Certidão de regularidade para com a justiça do trabalho - CNDT.

- 7.5**- O pagamento será efetuado com recurso das seguintes fontes:
- ✓ **Fonte 101 (Recursos ordinários da educação 25%)**

8-OBRIÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1**- A contratada obriga-se a:
- 8.2**- Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os fornecimentos prestados;
- 8.3**- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.3.1**- Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida



comprovação;

8.3.2- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8.3.3- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.3.4- Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.4-A contratada ficará responsável por todos os custos diretos e indiretos para o prestação do serviço e as despesas diretas e indiretas, relacionadas ao transporte, e encargos fiscais, sociais e trabalhistas, seguros, tributos, combustível, lavagem e manutenção de veículo.

8.5- Atender com prontidão as reclamações por parte da Secretaria Municipal de Educação de Palmeiras de Goiás.

8.6- Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou com identificação mediante crachás, adequados às suas funções e condições de trabalho.

8.7- Fornecer aos empregados da obra todos os equipamentos de proteção individuais (E.P.I.) e equipamentos de proteção coletivo (E.P.C.) necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra, conforme previsto na NR 06 e Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança;

8.9 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados referentes em que se verificar alguma patologia, vício, defeito ou incorreção resultante da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados data da notificação;

8.10- Prever a execução de todos os serviços, bem como o fornecimento de todos as ferramentas e equipamentos necessários para a sua perfeita execução;

8.11- Disponibilizar, profissionais qualificados e capacitados para a execução dos serviços contratados, e deverá ser apresentado os certificados dos cursos de NR10 e NR35 dos funcionários que executarão os serviços.

8.12- Executar os serviços de acordo com as normas técnicas vigentes, especialmente a **ABNT NBR 5410, NR-10, NR-35** e demais legislações pertinentes.

8.13- Utilizar os materiais fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de forma adequada, responsabilizando-se pela correta aplicação e conservação dos mesmos durante a execução dos serviços.

8.14- Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer incompatibilidade, insuficiência ou inadequação dos materiais fornecidos que possa comprometer a execução dos serviços.

8.15- Executar os serviços com qualidade, observando as boas práticas de engenharia elétrica e garantindo a segurança das instalações.

8.16- Manter os locais de trabalho limpos e organizados durante e após a execução dos serviços, promovendo a retirada de resíduos gerados.

8.17- Realizar testes e verificações necessárias para assegurar o perfeito funcionamento das instalações executadas antes da entrega dos serviços.

8.18- Cumprir os prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação para execução dos serviços.

8.19- Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente edital.

8.20- Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual cumprindo os prazos dispostos no artigo 459 § 1º da CLT (consolidação das leis trabalhistas).

8.21- Apresentar mensalmente os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, INSS, do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

8.22- Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade dos seus empregados por meio de registro



de ponto manual ou eletrônico e apresentar relatórios mensais de frequência, procedendo ao desconto de faltas e atrasos por ocasião da elaboração da fatura;

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- A Contratante obriga-se a:

9.1.2- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

9.1.3- Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.1.4- Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;

9.1.5- Avaliar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da execução do serviço provisoriamente com as especificações constantes no processo, para fins de aceitação;

9.1.6- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.2- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10- MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1- Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11-CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1- A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria Municipal de Educação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência ao mesmo.

11.2- O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

11.3- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Secretaria Municipal de Educação ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133 de abril de 2021.

11.4- O gestor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12-RECEBIMENTOS DA NOTA DE EMPENHO

12.1. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato/ordem de serviço/fornecimento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por esta Administração, total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, facultado à Administração chamar os remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, devendo a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, ou revogar esta licitação.

12.2. Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação regular fiscal e trabalhista, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, à empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

12.3. O fornecedor deverá manter, durante toda a vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



13-DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Poderão ser celebrados contratos, discricionariamente, pela Prefeitura de acordo com as condições previstas no termo de referência, edital e contrato.

13.2. O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato ou anuir a ordem de serviço/fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Pregoeiro e sua equipe.

13.3. A recusa injustificada do concorrente PROPONENTE VENCEDOR em assinar o contrato/ordem dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses para participar de licitações realizadas pelo Município bem como aplicação de multa de 10 % (dez por cento) do valor a ser contratado.

13.3.1. O recolhimento da multa referida no item anterior será feito, por meio de guia própria emitida pela Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás - GO e para pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua emissão.

13.3.1.1. O não pagamento do título levará a inscrição do mesmo no Cadastro de Dívidas Ativas do Município de Palmeiras de Goiás - GO tornando-se título executivo para as medidas judiciais cabíveis.

13.3.1. Caso não ocorra o pagamento da multa a penalidade será atenuada para que seja realizada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes não sendo inferior aos 24 (vinte e quatro) estabelecidos no item 3.

13.4. A assinatura do contrato/ordem estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo PROPONENTE VENCEDOR, na data da assinatura.

13.5- As comunicações entre o município e o interessado serão realizadas através do e-mail apresentado na Declaração de Pleno Atendimento e na proposta, sendo que considerar-se-ão recebidas todas as notificações encaminhadas por este meio.

14-ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

14.1. No interesse desta Administração o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até os limites previstos no art. 125 da Lei 14.133/21.

14.2. A vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária.

14.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta.

15-DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis serão as previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei 14.133/21, respeitados a ampla defesa e contraditória no curso da licitação e da contratação prevista no Edital.

16-FORMA DE PAGAMENTO

16.1- O pagamento será feito através de crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da emissão de documento devidamente atestado pela contratante, obedecida as seguintes condições.

a. OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS CONTRA-APRESENTAÇÃO: Os pagamentos serão efetuados 15 (QUINZE) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento do Governo Municipal de Palmeiras de Goiás-GO.

b. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

16.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao setor competente da CONTRATANTE, por ocasião dos pagamentos, cópia autenticada dos seguintes documentos:

Certidão negativa de débito para com a Fazenda Federal (certidão conjunta);

Certificado de regularidade de situação com o FGTS;



Certidão Negativa Municipal;

Certidão Negativa Estadual;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

A CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA.

16.3. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

Incoerência no fornecimento do objeto deste Contrato, de responsabilidade da CONTRATADA;

Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Contrato;

Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

Palmeiras de Goiás, 18 de junho de 2026.

Kátia Pereira Coelho Camargo
Secretária Municipal de Educação
Decreto 329/2025



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA DE VALOR Nº 108/2026
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra de eletricista, para execução de serviços de adequação, instalação e separação de circuitos elétricos destinados à alimentação de aparelhos de ar-condicionado nas unidades escolares e demais prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANT	VALOR TOTAL
01	<p>Prestação de serviços especializados de eletricista, compreendendo o fornecimento de mão de obra qualificada para execução de serviços de adequação, instalação e separação de circuitos elétricos destinados à alimentação de aparelhos de ar-condicionado nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.</p> <p>A EQUIPE DEVERÁ SER COMPOSTA DE 01 ELETRICISTA E 01 AJUDANTE.</p> <p>Os serviços deverão contemplar a execução completa da mão de obra necessária para:</p> <ul style="list-style-type: none">• Separação e adequação da fiação elétrica destinada aos aparelhos de ar-condicionado;• Instalação de eletrodutos, eletro calhas, canaletas, caixas de passagem e demais acessórios necessários;• Instalação, adequação ou substituição de padrões de entrada de energia, quando necessário;• Instalação e adequação de quadros de distribuição elétrica;• Instalação de disjuntores, barramentos, dispositivos de proteção e demais componentes elétricos;• Lançamento, passagem, conexão e organização de toda a fiação elétrica necessária ao funcionamento seguro dos equipamentos;• Execução de circuitos elétricos exclusivos para aparelhos de ar-condicionado, conforme dimensionamento técnico;	SV	01	



	<ul style="list-style-type: none">• Realização de testes operacionais, medições e verificações de funcionamento após a conclusão dos serviços;• Correção de eventuais falhas identificadas durante a execução;• Limpeza e organização dos locais após a conclusão dos serviços.• Instalações de aparelhos eletrônicos se necessário.• Instalações de tomadas. <p>OBS: Todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo cabos elétricos, eletrodutos, disjuntores, quadros elétricos, padrões de energia e demais insumos, serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, cabendo à contratada exclusivamente o fornecimento da mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, instrumentos de medição e equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à perfeita execução dos serviços.</p> <p>CARGA HORÁRIA DE 44 HORAS SEMANAIS, os funcionários deverão ter disponibilidade de horários para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.</p>			
--	--	--	--	--

Valor Global da Proposta: R\$

Validade da Proposta: No mínimo 30 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social; - Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

_____/GO, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.